



## O PAPEL DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO PROJETO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DOS GOVERNOS PROGRESSISTAS DO SÉCULO XXI: ALCANCES, LIMITES E HORIZONTES<sup>1</sup>

*EL ROL DE LAS POLÍTICAS CULTURALES EN EL PROYECTO DE  
INTEGRACIÓN REGIONAL DE LOS GOBIERNOS PROGRESISTAS DEL SIGLO  
XXI: ALCANCES, LÍMITES Y HORIZONTES*

*THE ROLE OF CULTURAL POLICIES IN THE 21ST CENTURY PROGRESSIVE  
GOVERNMENTS' REGIONAL INTEGRATION PROJECT: SCOPE, LIMITS AND  
HORIZONS*

Entrevista a Juca Ferreira, sociólogo e político brasileiro. Foi Ministro da Cultura nos governos de Luiz Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff.

Raihana Falleiros<sup>2</sup> 

Universidad de Buenos Aires, Argentina

**Resumo:** Juca Ferreira, sociólogo e político brasileiro, foi Ministro da Cultura do Brasil entre 2008 e 2011, durante a presidência de Luiz Inácio “Lula” da Silva, e entre 2015 e 2016, durante o segundo mandato de Dilma Rousseff. Antes, de 2003 a 2008, foi Secretário-Executivo da pasta durante a gestão de Gilberto Gil. Sua trajetória no governo marcou o campo das políticas culturais, a partir da visão da cultura em três dimensões norteadoras: simbólica, cidadã e econômica. Além disso, coincidiu com a emergência dos debates sobre integração cultural regional na América Latina e sua importância para a reconfiguração das relações de poder em espaços político-diplomáticos hegemônicos. Nesta entrevista, Juca Ferreira avalia os esforços empreendidos pelo Brasil durante o ciclo de governos progressistas na América Latina (2000-2015) no sentido de promover a

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada na modalidade virtual em 08 de junho de 2021.

<sup>2</sup> Mestranda em Estudos Culturais da América Latina pela Universidade de Buenos Aires. E-mail: [raihana.torres@gmail.com](mailto:raihana.torres@gmail.com)

integração regional e elevar a cultura ao centro da agenda política, econômica e social.

**Palavras-chave:** Cultura; Integração regional; Políticas culturais; Diplomacia cultural; América Latina.

**Resumen:** Juca Ferreira, sociólogo y político brasileño, fue Ministro de Cultura de Brasil entre 2008 y 2011, durante la presidencia de Luiz Inácio “Lula” da Silva, y entre 2015 y 2016, durante el segundo mandato de Dilma Rousseff. Antes, de 2003 a 2008, fue Secretario Ejecutivo del Ministerio de Cultura durante la gestión de Gilberto Gil. Su trayectoria en el gobierno marcó el campo de las políticas culturales, a partir de la visión de la cultura desde tres dimensiones rectoras: simbólica, ciudadana y económica. Además, coincidió con el surgimiento de debates sobre la integración cultural regional en América Latina y su importancia para la reconfiguración de las relaciones de poder en los espacios político-diplomáticos hegemónicos. En esta entrevista, Juca Ferreira evalúa los esfuerzos realizados por Brasil durante el ciclo de gobiernos progresistas en América Latina (2000-2015) para promover la integración regional y elevar la cultura al centro de la agenda política, económica y social.

**Palabras clave:** Cultura; Integración regional; Políticas culturales; Diplomacia cultural; América Latina.

**Abstract:** Juca Ferreira, Brazilian sociologist and politician, was Minister of Culture of Brazil between 2008 and 2011, during the presidency of Luiz Inácio “Lula” da Silva, and between 2015 and 2016, during the second term of Dilma Rousseff. Previously, from 2003 to 2008, he was Executive Secretary of the Ministry of Culture, during Gilberto Gil's administration. His career in government marked the field of cultural policies, establishing the vision of culture from three guiding dimensions: symbolic, civic and economic. In addition, it coincided with the emergence of debates on regional cultural integration in Latin America and its importance for the reconfiguration of power relations in hegemonic political-diplomatic spaces. In this interview, Juca Ferreira evaluates the efforts made by Brazil during the cycle of progressive governments in Latin America (2000-2015) to promote regional integration and raise culture to the center of the political, economic and social agenda.

**Keywords:** Culture; Regional integration; Cultural policies; Cultural diplomacy; Latin America.

Juca Ferreira, sociólogo e político brasileiro, foi Ministro da Cultura do Brasil entre 2008 e 2011, durante a presidência de Luiz Inácio “Lula” da Silva, e entre 2015 e 2016, durante o segundo mandato de Dilma Rousseff. Antes, de 2003 a 2008, foi Secretário-Executivo da pasta durante a gestão de Gilberto Gil. Sua trajetória no governo marcou o campo das políticas culturais, a partir da visão da cultura em três dimensões norteadoras: simbólica, cidadã e econômica. Além disso, coincidiu com a emergência dos debates sobre integração cultural regional na América Latina e sua importância para a reconfiguração das relações de poder em espaços político-diplomáticos hegemônicos.

Ainda que, no Brasil, o exercício dos direitos culturais tenha alçado reconhecimento pelo artigo 215 da Constituição Federal de 1988, as políticas culturais, no período anterior à atuação de Gil e Juca, ao menos desde a redemocratização, foram marcadas por abordagens estanques e desarticuladas em relação às demais políticas sociais. Até então, no âmbito do Governo Federal, essas políticas limitavam-se ao incentivo às manifestações artísticas, garantido pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC, Lei nº 8.313, de 2 de julho de 1986). Pouco se discutia o caráter transversal das políticas culturais em relação a temas como educação, cidadania e meio ambiente, por exemplo, e menos ainda sua contribuição para o campo das relações internacionais.

Nesta entrevista, Juca Ferreira avalia os esforços empreendidos pelo Brasil durante o ciclo de governos progressistas na América Latina (2000-2015)<sup>3</sup> no sentido de promover a integração regional e elevar a cultura ao centro da agenda política, econômica e social. Afirmo que houve,

---

<sup>3</sup> Período marcado por sucessivas eleições de governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, iniciado com Hugo Chávez, na Venezuela (1998), seguido por Luiz Inácio “Lula” da Silva, no Brasil (2002); Néstor Kirchner, na Argentina (2003); Tabaré Vázquez e José Mujica, no Uruguai (2005 e 2010, respectivamente); Evo Morales, na Bolívia (2006); Rafael Correa, no Equador (2007); e Fernando Lugo, no Paraguai (2008).

efetivamente, um “sentimento de empoderamento da América Latina, de rebeldia contra papéis pré-definidos pelos centros de poder”, mas que, apesar dos avanços, não foi possível dar o “salto de qualidade”. O ex-Ministro avalia ainda que, em um próximo ciclo, o debate sobre a integração deverá passar, necessariamente, pelas universidades, pela produção científica da América Latina e pela criação de um “mercado cultural comum”.

**No período em que estiveram à frente do Ministério da Cultura, Gilberto Gil e o senhor prestaram contribuições valiosas para a própria genealogia do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. A partir da concepção tridimensional da cultura (simbólica, cidadã e econômica), estruturou-se o corpo daquelas que seriam as principais diretrizes e programas do Estado no campo da cultura: o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura; os programas Mais Cultura e Cultura Viva, tendo este último alcançado o status de lei em 2014 (Política Nacional de Cultura Viva), a ampliação de instâncias colegiadas que viabilizaram maior participação social na formulação e implementação de políticas culturais, entre outras tantas ações. A efervescência de novas iniciativas para a cultura no plano nacional coincidiu, não por acaso, com o período de maior pujança dos governos progressistas na América do Sul na história recente e com a emergência de um novo paradigma sobre a integração regional. Tendo em vista, principalmente, a sua experiência à frente do Ministério da Cultura, quais foram, na sua opinião, os principais reflexos dessas mudanças políticas nacionais para os processos de integração cultural regional? Como o senhor avalia a influência das políticas culturais brasileiras criadas durante este período para o debate regional?**

*Juca Ferreira:* Gostaria de começar um pouco antes. O governo Lula reorientou a diplomacia brasileira e a política internacional no sentido de propor um nível de integração maior com a América Latina, um nível de

respeito. O fato de nós sermos maiores não pode gerar uma atitude de superioridade, pelo contrário. Acho que um fato marcante foi quando a Bolívia nacionalizou o petróleo<sup>4</sup>. Os jornais “Estadão” [Estado de São Paulo] e Folha de S. Paulo induziram o governo Lula a concentrar tropas na fronteira para fazer pressão e o presidente Lula disse que não, que se nós tínhamos lutado e conseguido o monopólio do petróleo e a criação da Petrobrás, então a Bolívia também teria direito sobre os seus recursos naturais. Chamaram o Lula de “frouxo”, mas aquilo era parte de uma visão e de um esforço que foi feito por nossa diplomacia, pelo nosso chanceler Celso Amorim<sup>5</sup>, por Samuel Pinheiro Guimarães<sup>6</sup> e outros, que viam na integração com a América Latina a grande saída para o desenvolvimento da região e do próprio Brasil. Eu tinha isso como referência, inclusive participava frequentemente de eventos organizados pelo próprio Itamaraty. Samuel Pinheiro Guimarães conduzia um processo de conferências e debates no plano interno do Ministério das Relações Exteriores e convidava ministros de outras pastas para falarem, exatamente para facilitar essa integração. Eu fui muitas vezes falar e era um processo em que nós tínhamos uma afinidade grande. Não foi sempre assim. Logo que chegamos, Gil ainda ministro, definimos que íamos ter uma atuação importante no exterior, não só com a América Latina, mas com a África, com a Europa e os países ibéricos. O Itamaraty ficou um pouco desconfiado porque nós estaríamos entrando na área deles. Falávamos que não, que nós tínhamos afinidade com eles, mas queríamos ter a possibilidade de desenvolver uma diplomacia cultural, ou seja, através da cultura você estabelecer relações profundas com outros povos, com os vizinhos latino-americanos, mas também com os africanos, que são muito caros para a gente. No discurso do governo, a África passou a ter uma importância que nunca teve, e outros países também, para os quais nossa

---

<sup>4</sup> Em 2006, Evo Morales, então presidente da Bolívia, formalizou, por meio do Decreto Supremo “*Héroes del Chaco*” (nº 28.701), a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos (petróleo e gás) no país e anunciou que 56 refinarias estrangeiras passariam ao controle estatal. Disponível em: [https://www.iri.edu.ar/revistas/revista\\_dvd/revistas/cd%20ri%2030/30%20documentos/BOLIVIA-%20Decreto%20hidrocarburos.pdf](https://www.iri.edu.ar/revistas/revista_dvd/revistas/cd%20ri%2030/30%20documentos/BOLIVIA-%20Decreto%20hidrocarburos.pdf) (consulta em 23/06/2022).

<sup>5</sup> Diplomata brasileiro e Ministro das Relações Exteriores nos períodos de 1993-1995 e 2003-2011.

<sup>6</sup> Diplomata brasileiro e Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores no período de 2003 a 2009.

cultura era um cartão de visita fantástico. Até pela diversidade do país ser oriunda de várias matrizes, praticamente todas as culturas mundiais têm representação no Brasil, todos os povos, de alguma maneira – Japão, Coreia, toda a América Latina, Europa – têm brasileiros que são descendentes destes países. Essa foi uma postura correta nossa.

Nas primeiras vezes que nos reunimos com o Itamaraty, havia uma grande dificuldade. O Itamaraty é muito cioso do seu papel, do seu espaço, e queria nos tratar com a ideia de nos enquadrar, de que só fizéssemos aquele trabalhinho que eles faziam de apoiar um ou outro evento que circularia pela Europa com um grupo musical de choro. A gente disse “Nada disso! Nós vamos botar a tropa na rua, vamos atuar internacionalmente, temos um trabalho a fazer”. Além do mais com Gilberto Gil. Gilberto Gil é um ícone mundial e eu tive ocasião de ver a importância dele na facilitação e na implementação dessa diplomacia cultural. O Brasil teve um papel fundamental na aprovação da Convenção da Diversidade Cultural<sup>7</sup>, no âmbito da UNESCO. Havia anos, acho que 16 anos, que o assunto não progredia. Estados Unidos, Israel, acho que a Austrália, havia ali uns 5 países que boicotavam<sup>8</sup> a sua aprovação e Gilberto Gil teve um papel decisivo na negociação. Primeiro, na América Latina, depois na África e até na Ásia. Em algumas viagens que Gil fez à Ásia, ele defendeu a aprovação da Convenção, a importância do mundo se reconhecer diverso, afirmando que essa diversidade cultural da humanidade não era um problema, e sim uma riqueza. São complexidades que precisam ser transformadas em processos de interação, de troca. No dia em que a UNESCO ia votar a convenção, quando Gil chegou na sede da organização, foi aplaudido de pé pelos ministros. Começaram a falar: “É o ministro da diversidade”. O Ministro da Cultura da Jamaica pegou o

---

<sup>7</sup> Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2005.

<sup>8</sup> O processo de negociação da Convenção de 2005 foi marcado por controvérsias em relação ao possível papel de arbitragem que a nova normativa assumiria no comércio internacional de bens e serviços culturais, impactando, assim, acordos de comércio bilaterais e multilaterais (no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros tratados de comércio). Ainda que reconheça a dimensão econômica da cultura, a Convenção não foi capaz de superar entraves para permitir o tratamento diferenciado de bens e serviços culturais nas trocas comerciais em nível global, de modo a garantir uma troca justa e equilibrada desses produtos. Até o presente momento, os Estados Unidos não ratificaram a Convenção.

microfone e cantou uma música de Bob Marley em homenagem a Gilberto Gil.

Na América Latina era muito mais, muito mais. Era impressionante a facilidade com que o diálogo se estabelecia. Não era só Gil, era Lula também. Lula era um ativo importantíssimo no nosso trabalho. Eu me lembro que, em uma dessas reuniões – em todas elas, mas em uma dessas reuniões – eu estava andando no centro de Buenos Aires e as pessoas tinham me visto falando na televisão, saiu uma reportagem de primeira página no “La Nación”... As pessoas me abordavam dizendo: “Lula! Lula! Queremos Lula presidente da Argentina!”. Era impressionante. Então, como ponto de partida, tinha a nossa base cultural, tinha Gilberto Gil como um ativo importante, tinha Lula e o que o Brasil representava naquele momento – um projeto de redefinição e ressignificação das nossas relações com os latino-americanos – e tinha uma construção que a gente precisava fazer. Eu, como Secretário-Executivo<sup>9</sup>, me dediquei muito a essa construção. Eu dedicava um carinho enorme a todas essas organizações – Mercosul, Unasul, OEA. Por isso, fortaleci a Diretoria de Relações Internacionais do Ministério e acho que a gente avançou muito em nossa atuação internacional. Mas a gente nunca avança mais do que é possível, mesmo que a gente faça um esforço grande.

Tinha o problema da retórica. Muitos dos nossos pares se satisfaziam com um nível de retórica. Muitos iam para as reuniões fazer uma política quase estudantil, de isolar Cuba, isolar a Venezuela, de defender questões circunstanciais. Poucas diplomacias tinham consciência da importância de construir a América Latina enquanto um espaço comum de articulação, principalmente no plano cultural. O México era um pouco ausente. O México corrigiu sua relação mais tarde, já no segundo governo Lula, quando houve lá uma eleição que implicou em uma mudança de postura. Eles viam o Brasil como concorrentes de venda de automóveis, por exemplo. Então, havia uma certa dificuldade. Como o México foi favorável à

---

<sup>9</sup> Juca Ferreira ocupou o cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Cultura durante a gestão de Gilberto Gil (2003-2008).

ALCA [Área de Livre Comércio das Américas] e tinha uma relação privilegiada com os Estados Unidos, eles olhavam a gente, a América Latina toda, de cima. Eu, inclusive, fiz um discurso em um evento empresarial mexicano, para o qual fui convidado, dizendo que no dia em que o México valorizasse a América Latina e desenvolvesse o sentimento de pertencimento – México, Brasil, Argentina, Colômbia... – nós criaríamos a possibilidade de a América Latina ter planos comuns de desenvolvimento. Engraçado é que minha fala foi bem recebida, mas os empresários, depois do intervalo, me diziam: “Ah, mas nós somos concorrentes”. Era uma ideia meio primária de concorrência capitalista por mercado, uma coisa absolutamente imprópria.

Já os cubanos sempre foram muito positivos, até para saírem do isolamento, mas tinham consciência do que estava acontecendo na América Latina e queriam dar força à construção de uma unidade. A diplomacia brasileira defendeu a integração com Cuba ferozmente. Inclusive, em alguns momentos em que as reuniões descambavam para a provocação, eu me ofereci para defender a participação de Cuba, enquanto outros países - El Salvador, antes da vitória da esquerda lá<sup>10</sup> - queriam expulsar o país das reuniões com argumentos absolutamente frágeis. Os cubanos tinham uma noção de grandeza. Eles desenvolveram uma noção muito grande de como se relacionar com o mundo.

A Colômbia me impressionou muito, mesmo nos períodos mais reacionários, eles sinalizavam que eram um país que tem futuro. A Colômbia sempre entrou nessas conversas com um nível de grandeza e consciência da América Latina e uma simpatia pelo Brasil. Às vezes, éramos destoantes: eles, muito reacionários, e a gente, com o governo Lula, mas dava para dialogar.

A relação com o Chile<sup>11</sup> foi evoluindo. A *Concertación*<sup>11</sup>, formada pelos social-democratas e democratas-cristãos, tinha uma noção muito grande

---

<sup>10</sup> Em 2009, Mauricio Funes foi eleito presidente de El Salvador pelo partido de esquerda *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN)*, após um período de 18 anos em que o partido de direita *Alianza Republicana Nacionalista (ARENA)* esteve à frente da presidência do país.

<sup>11</sup> “*Concertación de Partidos por la Democracia*”, coalização de partidos de centro-esquerda criada em 1988 para fazer frente ao regime ditatorial de Augusto Pinochet.



da importância da integração regional. Eu fui muitas vezes ao Chile, fiz palestras, contribuí com o processo de criação do Ministério da Cultura chileno. A ministra era uma artista<sup>12</sup>, e a gente teve uma facilidade enorme no diálogo. Eles souberam que eu fui exilado no Chile, então isso facilitava. A Michelle Bachelet<sup>13</sup> fala um português perfeito. Aprendeu para cantar as músicas de Chico Buarque, Caetano, Gil. Fala sem nenhum sotaque e tinha a maior deferência porque eu era Ministro da Cultura do Brasil. Me levou para falar em um ato público, uma feira do livro. Com o Chile havia uma facilidade enorme. E o Chile tem uma noção da dimensão cultural muito forte, mesmo com o governo democrata cristão, socialista, essa avaliação não diminuía a grandeza da compreensão deles a respeito da importância daquilo que a gente queria construir, que era um diálogo forte.

A Argentina variava muito, mas o diálogo foi bom. Eu tenho uma noção forte da importância da relação Brasil-Argentina, para além das relações econômicas e comerciais. Tive excelentes reuniões com eles, fizemos coisas juntos. Eles acompanham nossos programas. Com a Argentina começou um processo muito interessante. Os argentinos foram os primeiros a perceber que o nosso programa *Cultura Viva*<sup>14</sup> não era só de interesse do Brasil e que estimular o protagonismo cultural da população, seja através de manifestações tradicionais, seja através de linguagens artísticas contemporâneas, tinha uma importância cultural enorme. Eles perceberam isso e se formou um trânsito direto, escapando inclusive do controle das relações institucionais. Isso acabou, depois, acontecendo com a Colômbia, Chile, Bolívia, Uruguai... Isso se propagou. Não era só o *Cultura Viva*. Na verdade, tinham reverberações de vários dos nossos programas, das nossas falas. E deles também. A Argentina era mais avançada do que a gente nas políticas cinematográficas, e a gente bebeu um pouco dessa fonte. Todo o sucesso das nossas políticas cinematográficas - e é um

---

<sup>12</sup> Paulina Urrutia, Ministra Presidenta do Conselho Nacional da Cultura e das Artes (atual Ministério das Culturas, Artes e Patrimônio) do Chile entre 2006 e 2010, durante o primeiro mandato presidencial de Michelle Bachelet. É também atriz.

<sup>13</sup> Presidente do Chile por dois mandatos: de 2006 a 2010 e de 2014 a 2018.

<sup>14</sup> Programa criado em 2004 pelo então Ministério da Cultura, com o objetivo de apoiar iniciativas culturais de base comunitária, reconhecidas como Pontos e Pontões de Cultura. Em 2014, foi sancionada a Lei 13.018/ 2014, conhecida como Lei Cultura Viva, que transformou o programa em política de Estado.

sucesso enorme - foi uma construção do nosso ministério: quando Lula assumiu, o Brasil fazia menos de dez filmes por ano e hoje está fazendo em torno de 150 filmes por ano. Em todas as capitais brasileiras, tem produtoras de cinema e audiovisual. Já conquistamos boa parte do público. Ganhamos prêmios em vários festivais.... Muitos dos nossos técnicos foram aprender com o Ministério da Cultura da Argentina como eles tratavam o cinema e percebemos algumas questões muito interessantes. Então, a troca, a partir de certo momento, passou de uma coisa puramente institucional para um diálogo direto de políticas culturais. Foram realizados muitos intercâmbios técnicos entre setores de audiovisual, de cultura popular, de museus, do IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]... E isso foi dando uma densidade gigantesca nas relações com os nossos vizinhos da América do Sul e com a América Latina toda. Éramos pioneiros em muitas coisas, éramos mais avançados no nível institucional. O México era mais avançado na incorporação dos ensinamentos da antropologia na gestão cultural, na museologia. A Argentina, na política cinematográfica. Mas a gente tinha um corpo complexo de formulação que orientava o que seria uma política contemporânea do estado democrático. E isso foi escorrendo, ganhando territórios novos, independente da gente.

Fizemos um evento inspirado nessa dimensão regional, o “Emergências”<sup>15</sup>, que aconteceu no Rio de Janeiro e foi a coisa mais linda. Planejamos um evento para 3 mil pessoas e chegaram 10 mil latino-americanos. Tivemos que abrir os parques para fazerem acampamentos. E os estudiosos e acadêmicos latino-americanos de olho na nossa experiência...

Eu fui em um evento em que o Enrique Iglesias<sup>16</sup>, com quem trabalhei depois na Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)<sup>17</sup>, disse: “O

---

<sup>15</sup> Encontro sobre cultura, ativismo e política promovido pelo Ministério da Cultura, no Rio de Janeiro, Niterói e Baixada Fluminense, entre os dias 7 e 13 de dezembro de 2015. O evento reuniu representantes de governos e da sociedade civil, atuantes das áreas política, econômica e artística, e sua programação abrangeu temas como ativismo, culturas indígenas, direitos dos povos, gênero, redes sociais, território e cidadania, crise migratória e fronteiras, aquecimento global, direito autoral, juventude, negros, transexuais e prostitutas, drogas, mulheres, segurança pública e democracia.

<sup>16</sup> Secretário-Geral Ibero-Americano entre 2005 e 2014.

<sup>17</sup> A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) é um organismo internacional que promove ações de cooperação nas áreas de educação, cultura e coesão social, no âmbito ibero-americano. Além disso, é responsável por

Brasil está desenvolvendo a política de gestão cultural mais avançada e mais interessante do mundo”. Eu, lá da minha cadeira, disse: “O homem exagerou”. Mas ele passou perto de mim e disse: “Você está pensando que eu exagerei?”. Parece que ele leu o meu pensamento. Aí, ele abriu a pasta e havia uma porção de documentos, escritos e falas minhas e de Gil, todos grifados. Ele tinha, de fato, pesquisado. Nesse discurso, ele disse: “As duas referências de política cultural são Brasil e França, sendo que o Brasil foi mais longe porque teve coragem de abrir espaços para o protagonismo da sociedade no fazer cultural”. Então, o ambiente era muito bom.

Depois, abrimos o diálogo com a África também, fizemos um esforço enorme, mas não é motivo da nossa entrevista, não vou desenvolver. Com a Europa, uma quantidade enorme de universidades europeias têm nossas experiências como objeto de estudo, de teses de mestrado, doutorado. Holanda, França, Inglaterra... Isso tudo de alguma maneira já reverberando e repercutindo. Intelectuais latino-americanos, como García Canclini e outros, também valorizando muito a nossa experiência.

Com a China foi um contato interessantíssimo. Com a África, com os países árabes, com a Argélia. A partir de um certo momento, Lula propôs que a diplomacia brasileira tinha que se relacionar com o mundo inteiro. Isso foi criando territórios e espaços de convergência e de articulação e criou-se um espaço com os países árabes<sup>18</sup>. A importância do Brasil era tão grande que qualquer reunião temática que houvesse, o ministro brasileiro codirigia a reunião com o ministro árabe. E eu, na Argélia, dividi a direção de cultura com a ministra argelina. Foi extremamente interessante ver como a diplomacia pode abrir novos espaços e territórios e como a cultura tem um papel importante neste processo.

---

coordenar as Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo. Em 2011, Juca Ferreira foi nomeado embaixador especial da SEGIB para a Comemoração do Ano Internacional dos Afrodescendentes.

<sup>18</sup> A Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) foi um mecanismo de cooperação inter-regional criado em 2005 por iniciativa brasileira. Entre 2005 e 2015, foram realizadas quatro Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo. A ASPA era integrada por 34 países, além da Unasul e da Liga dos Estados Árabes, e contava com comitês temáticos, entre eles, um de cultura e educação.

**Olhando em retrospecto, hoje percebemos ainda mais claramente que o período progressista foi marcado por um desejo de reconfiguração das relações de poder da América Latina com o resto do mundo. Ou seja, mais do que o reposicionamento individual de cada país no sistema-mundo, observou-se um esforço conjunto e bastante coeso, ao menos politicamente, de questionamento da lógica da globalização. No campo da cultura, essa disputa contra-hegemônica caracterizou-se, entre outras coisas, pela incorporação de novos conceitos na agenda da integração regional. Adquiriram destaque temas relacionados à descolonização, à diáspora, ao *buen vivir*, à promoção da diversidade cultural, à proteção dos direitos indígenas e à defesa dos direitos culturais na Internet. Qual a sua avaliação sobre estes esforços, considerando o momento atual em que se acentuam novamente as distâncias entre o centro e as margens do poder? Na sua visão, a articulação regional contribuiu para a inserção de países periféricos nas mesas de negociação internacional?**

*Juca Ferreira:* Acredito que sim. Não era só a cultura isoladamente. Na verdade, todo esse clima do que chamam *onda rosa* conferiu uma potência nas relações internacionais para a América Latina. Lula era um líder respeitado no mundo inteiro. Evo Morales, Néstor Kirchner. A gente tinha o nosso amigo Mujica. Mujica era um ícone, que assumiu um significado parecido com o de Lula aqui no Brasil. Então, tudo isso implicou uma reverberação e uma possibilidade enorme, como a importância que a gente passou a ter na UNESCO.

Eu fui presidente do Comitê do Patrimônio Mundial em 2010, e consegui segurar uma movimentação contra o Equador<sup>19</sup>. Queriam tirar o caráter de Patrimônio Mundial do Arquipélago de Galápagos e eu fui lá, levei uma equipe do Ministério do Meio Ambiente para analisar, e eles

---

<sup>19</sup> As Ilhas Galápagos (Equador) foram inscritas na Lista do Patrimônio Mundial em 1978. Em 2007, no entanto, foram incluídas na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, que reúne bens em situação de risco à sua integridade e preservação, seja por ação humana ou natural. Já em 2010, organizou-se uma visita técnica ao local, chefiada por Juca Ferreira, que naquele momento assumia a presidência do Comitê do Patrimônio Mundial, a fim de que fossem avaliadas as condições de conservação do sítio e os esforços do governo equatoriano no sentido de reverter a situação. A visita técnica foi sucedida por negociações no âmbito da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em julho de 2010, em Brasília, quando as Ilhas Galápagos foram finalmente retiradas da lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

disseram: “80% tá corretíssimo, uns 15% precisa melhorar e só 5% está errado”. Então eu defendi, joguei meu peso de presidente do Comitê para manter Galápagos na Lista do Patrimônio Mundial. Isso só era possível porque estávamos empoderados por esse processo global, que acabou abrindo essas possibilidades. Acho que aquele foi um momento importante para a América Latina e que agora a gente está vendo um retrocesso com a tentativa de reenquadramento da região na geopolítica americana de uma forma passiva, apenas como agentes de uma política cujo centro e o interesse não são os nossos<sup>20</sup>.

Mas, naquele momento, de fato, havia um sentimento de empoderamento da América Latina, de rebeldia contra papéis pré-definidos pelos centros de poder no mundo, a necessidade de ultrapassarmos os limites da geopolítica norte-americana. O esforço de nos constituir como uma unidade, uma articulação, foi grande, mas não chegou a um nível de articulação de uma série de propostas. Por exemplo, se você analisar o Mercosul, o bloco mostrou-se deficiente em muitos aspectos. Até no plano puramente econômico, que era o aspecto principal, avançaram as relações comerciais com a Argentina, com outros países, mas, na verdade, eu sentia e acho que em um novo ciclo, que se aproxima, a gente vai ter que pensar de uma forma mais profunda. Tínhamos que ter articulado mais as nossas universidades, criado revistas científicas em português e espanhol para que não fôssemos dependentes da publicação dos textos científicos dos latino-americanos em revistas inglesas, americanas e alemãs. O potencial de articulação das academias é enorme, mas, na realidade, ainda é muito pequeno.

A gente demonstrou ter muita dificuldade e, como eu disse no início, às vezes se perde um pouco na retórica ou no nível de uma política que não é estratégica. Defendi, já no final do mandato, a necessidade de criar mercados comuns e estabelecer um nível de coprodução cultural na América Latina muito maior do que atingimos, que sempre foi pequena,

---

<sup>20</sup> A entrevista com Juca Ferreira foi gravada durante o terceiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, cuja presidência tem sido marcada por transformações significativas na política externa brasileira e pela retração da atuação do país em organismos internacionais.

exemplar, tanto no cinema quanto em outras áreas. Quanto a isso, eu só fui ter acolhimento quando já estava na SEGIB, quando o Enrique Iglesias me pediu para elaborar uma proposta para a Cúpula Ibero-Americana dos Chefes de Estado e de Governo. As autoridades aprovaram a proposta por unanimidade duas vezes, em Cádiz<sup>21</sup> e, depois, na Cidade do Panamá<sup>22</sup>. Mas não houve encaminhamento, desdobramento. Escrevi recentemente um artigo sobre isso, sobre essa possibilidade de criar um mercado comum<sup>23</sup>. Passaríamos a ser o terceiro maior mercado cultural do mundo. Então, entendo que faltava essa visão estratégica que daria uma concretude. Havia um ambiente muito favorável de aproximação, houve alguns desdobramentos importantes, mas não conseguimos, de fato, dar o pulo do gato, o salto em direção a uma nova qualidade nessas relações.

**E até no sentido de garantir a institucionalização das políticas, o que dificultaria os retrocessos todos.**

*Juca Ferreira:* É isso. Eu cheguei a propor que esse mercado comum e essa articulação, gerando coproduções, envolvesse os países de língua portuguesa da África, Portugal e Espanha, para ter uma potência que pudesse ter força para contra-arrestar os fluxos em uma direção só da globalização.

**O consenso que se estabelece entre os governos da região a partir de 2003 sobre a centralidade das dimensões política e social para o aprofundamento da integração no âmbito do Mercosul impactou de maneira significativa os debates da Reunião de Ministros da Cultura do bloco, que passam a articular temas como cultura, cidadania, democratização e direitos humanos. Contudo, as soluções apresentadas pela Reunião de Ministros da Cultura aos problemas das nossas sociedades não ressoaram plenamente nas agendas política e**

---

<sup>21</sup> Declaração Final da XXII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Cádiz, 2012).

<sup>22</sup> Declaração Final da XXIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo e Declaração da XVI Conferência Ibero-Americana de Cultura (Cidade do Panamá, 2013).

<sup>23</sup> Juca Ferreira informou, na ocasião da entrevista, que o artigo ainda não tinha sido publicado, razão pela qual não foi possível citá-lo.

**econômica das demais instâncias do bloco, tampouco no financiamento dos programas, projetos e ações propostos pela instância cultural do Mercosul. No plano nacional, observou-se processo bastante semelhante: os programas, projetos e ações da área cultural sofreram perdas orçamentárias graduais e expressivas; não foi possível suprir a contento a carência dos mecanismos de financiamento à cultura; o evidente potencial de participação das atividades e serviços culturais no PIB parece não ter sido suficiente para levar à prática o entendimento sobre a cultura como vetor de desenvolvimento sustentável e como resposta aos grandes desafios da sociedade (desafios de ordem ambiental, humanitária e, mais recentemente, sanitária). Diante desse cenário, como enfrentar a lógica dominante vigente tanto nos âmbitos político-diplomáticos do bloco quanto nas estratégias nacionais, que partem de uma concepção limitada sobre o lugar da cultura para o desenvolvimento? Como a cultura pode contribuir para a imaginação de horizontes civilizatórios alternativos à concepção de desenvolvimento e para a construção de projetos de integração regional propriamente latino-americanos, de caráter emancipatório e contra-hegemônico?**

*Juca Ferreira:* O que vou dizer é fruto dessa experiência, porque eu me joguei nessas relações internacionais, entendi perfeitamente a importância relativa do Brasil para fortalecer esse processo de integração e compartilhar com os países vizinhos e com a América Latina uma visão democrática de relação do Estado com a cultura, de estímulo do protagonismo da sociedade, da importância da cultura para o desenvolvimento dos países. O discurso era sempre esse, eu insistia muito nisso, a cultura como uma questão central do desenvolvimento humano. Eu, inclusive, não sabia, depois que eu fui ministro é que eu descobri, que na Carta dos Direitos Humanos estão presentes os direitos culturais. A gente não dá muita importância no Brasil. A cultura é tratada como algo secundário. O Gil dizia que a cultura era vista como a cereja do bolo, algo para enfeite e como uma política setorial, quando, na verdade, o esforço

que a gente fez foi para transformá-la numa política central, norteadora do projeto de desenvolvimento. O nível de assimilação foi relativo. Vou dizer uma coisa que eu tenho perfeita consciência de que é verdade, que não estou cometendo nenhuma injustiça. No governo, quem melhor compreendia isso era o próprio Lula. Os ministros, a maioria, não tinham consciência da necessidade de fazer esse deslocamento. Para fazer esse deslocamento, tem que ter reforço orçamentário, valorização, desenvolvimento da dimensão transdisciplinar da cultura. Cultura tem a ver com saúde, com educação, com política internacional, com a economia, com tudo. Mas havia muita dificuldade, porque há um conceito de Estado que estanquiza essas dimensões e raramente se mostra de forma integrada.

Se um dia eu puder influenciar a constituição de governos democráticos, eu vou sugerir que, se por um lado essas políticas setoriais precisam ter seus ministérios, por outro, é preciso ter instâncias de articulação fortes dentro do governo para fazer o contraponto e possibilitar que não haja o esquartejamento da compreensão da função do Estado no desenvolvimento. A cultura, por exemplo, precisa disso, dessa interação com a educação e com outras áreas. Não pode ficar dependendo da compreensão e da boa vontade do ministro de plantão. É uma coisa mais profunda. E acho que depois da experiência Bolsonaro, que defende o conceito de guerra cultural, além dessas três dimensões que nós ressaltamos durante o governo – a dimensão simbólica, como um território capaz de gerar uma coesão nacional e garantir a diversidade; a dimensão cidadã, que é o direito de todos terem acesso à cultura; e a dimensão econômica – é preciso também instalar a dimensão da cultura no projeto de desenvolvimento humano do país. Parte dos problemas que a gente vive, como a regressão fantástica ao terraplanismo, o negacionismo da ciência, regredindo para uma fase pré-iluminista, tudo isso tem a ver com um baixo nível cultural. Porque se por um lado a cultura é complexa, diversa e tem muitas dimensões, inclusive algumas que não são escolarizáveis, frutos da complexidade da formação do país, com suas



diversas matrizes africanas, indígenas e europeias, por outro lado, é preciso estabelecer um processo de acesso igualitário a níveis de informação da dimensão da cultura, e isso cabe ao Estado. Aí é a escola, é a biblioteca, são os teatros, os centros culturais, é o desenvolvimento cultural contando com a contribuição do Estado democrático. Para isso, é preciso desenvolver a consciência: consciência de uma cultura democrática, consciência da importância da diversidade humana, de que ela não é uma ameaça à vida de ninguém, a importância de valorizar as raízes africanas, indígenas, europeias. Tudo isso são processos que exigem um nível de complexidade política maior. Então, eu acho que em um novo ciclo, vamos ter que pensar políticas que ultrapassem as três dimensões que nós colocamos e que aceitem esse desafio posto pela extrema direita de assumir, não uma guerra cultural, mas assumir, no plano da própria cultura, o enfrentamento de valores em construção das bases civilizatórias do Brasil. Acho que a gente chegou a sensibilizar a sociedade, sensibilizar as forças políticas e ideológicas, mas não conseguimos dar o salto de qualidade ainda, no sentido de incorporar a cultura como elemento central de um projeto de desenvolvimento do país. Acho que nesse próximo ciclo talvez seja o momento de consolidar esse processo.

**No atual contexto de pandemia e de emergência cultural, as respostas mais contundentes de enfrentamento aos impactos da pandemia de Covid-19 para a cultura em nossa região emergem das mobilizações articuladas por artistas, trabalhadores da cultura, movimentos artísticos e culturais, e redes de cultura viva comunitária, tanto em lutas por garantias de direito por parte dos Estados quanto construindo estratégias de solidariedade transnacional. Como esses atores podem contribuir para a democratização e descolonização da integração regional latino-americana? Qual a importância dessa mobilização social transnacional para a construção de novos horizontes sociais, políticos e epistemológicos? Acredita que é possível imaginar um modelo de integração regional desde “abaixo”, desde os povos?**

**Como articular as lutas por direitos no âmbito estatal com as lutas por autonomia e construção de horizontes para além do atual Estado-nação? Qual o papel da cultura e, em particular, das políticas culturais na construção de utopias concretas, que façam frente ao processo de acentuação de desigualdades sociais e econômicas neste contexto de pandemia?**

*Juca Ferreira:* Desde a década de 1960, participo dos processos políticos do Brasil e acompanho os fluxos ideológicos e políticos mundiais. Eu não me filiei, em nenhum momento, a uma tendência que é considerada autonomista, que é uma certa hipervalorização do protagonismo da sociedade e uma subestimação da instância política. Não dá em nada isso. Você esvazia a possibilidade de institucionalizar direitos, de constituir uma superestrutura desenvolvida, que incorpora, inclusive, esse fluxo que vem de baixo. Eu vejo mais como um processo interativo entre o desenvolvimento político da sociedade, que gera desenvolvimento institucional, que é capaz de institucionalizar direitos e incorporar demandas e necessidades da sociedade, que sempre é apresentada ou pelos movimentos sociais, ou pelos movimentos culturais ou pelos artistas. Então, esse processo social complexo é que gera a possibilidade de uma vida cultural saudável num país. Quando há essa vida cultural saudável – liberdade de expressão, desenvolvimento de linguagens e manifestações, protagonismo da sociedade como um todo, artistas criando e desenvolvendo seu papel específico –, a gente tem o melhor ambiente possível. Então, se você não dá importância ao desenvolvimento dessa estrutura, à institucionalização, a uma postura correta do estado democrático, você fecha uma dimensão que é fundamental. A energia que vem da sociedade tem que penetrar no tecido político e na estrutura do Estado e se converter em institucionalidade e políticas. Vejo essas duas coisas conectadas. Sem a sociedade não existe avanço. Esse é um erro de políticas culturais que eu vi na Europa e vi em alguns países latino-americanos: a falta de compreensão da importância desse processo cultural que a sociedade desenvolve em qualquer condição. Você vai a uma

favela, a população é açoitada pela miséria, pelo tráfico, pelas milícias, pela polícia, mas, mesmo assim, produzem cultura. E, muitas vezes, de excelente qualidade. Hoje não dá para falar de cultura em São Paulo sem falar do que é produzido nas periferias da cidade. Isso é uma realidade que você pode estender para praticamente todas as capitais do Brasil.

Então, eu vejo isso como um processo complexo e dinâmico. É preciso aprofundar cada vez mais o papel cultural do estado democrático, o papel do desenvolvimento cultural do país, o papel de criar as melhores condições para a criação artística, dando apoio, sustentação, financiamento, estímulo, liberdade de expressão, escola para formação. Para mim, é uma complexidade e é um sintoma importante de desenvolvimento civilizatório de um país.

Eu ainda não tenho muita reflexão sobre o que vai emergir no pós-pandemia. Percebo que a dimensão da cultura digital vai se fortalecer muito. Veio para ficar toda essa conversa digital: *lives*, conferências e debates... Ela é mais barata, principalmente em um país de dimensões continentais como o Brasil. Possibilita uma agilidade grande, uma mobilização de pessoas de qualquer parte do mundo, que confortavelmente participam de uma reflexão, de um evento. Mas acho que não virá para substituir as dimensões presenciais. Será um reforço muito grande. Teremos novas questões sendo colocadas, o mundo está avançando rapidamente. Por exemplo, a emergência das mulheres é irreversível. Não dá mais para pensar cultura em lugar nenhum do mundo sem uma reflexão que represente a ressignificação e o redimensionamento da relação entre homens e mulheres.

Quando eu era Ministro, passei quatro dias numa aldeia Ashaninka, dentro da Amazônia, na fronteira com o Peru. Tinha que ir de avião monomotor até uma cidade chamada Marechal Dalmaturo (Acre). Lá os índios me pegaram, me levaram de canoa, acho que durante duas, três horas, pelo rio até chegar à aldeia. Dois fatos significativos aconteceram lá e são significativos para essa conversa. Um dia eu fui até a beira do rio – a aldeia ficava no alto e, embaixo, à margem do rio, estavam umas seis ou

sete mulheres indígenas lavando utensílios de cozinha e falando mal do machismo. Elas diziam: “Esses homens... A gente precisa dar um ‘tranco’ nesses caras”. Pensei: “O discurso de igualdade de direitos das mulheres chegou aqui”. E se chegou lá, é um sinal do estágio irreversível dessa questão. Então, tudo será revisitado, há muitas possibilidades. Outro dia, eu vi um debate sobre a poesia de Vinícius [de Moraes]. Eu gosto muito de Vinícius, o acho um grande poeta, ao contrário de algumas pessoas que acham que ele é um poeta menor, porque é um poeta romântico. Mas tem algumas coisas que o Vinícius disse sobre a relação entre homem e mulher que não é mais possível serem ditas hoje. Você vê a música de Martinho da Vila também, que se presta a uma crítica das mulheres, apesar de ele ser um grande sambista, um grande letrista. Então, tudo será revisitado.

Os negros também já chegaram a um estágio de demandas, de questionamento do racismo e da desigualdade, que eu também acho que é uma questão cultural irreversível. No caso do Brasil, os povos indígenas também estão extremamente mobilizados. A sociedade democrática terá que garantir o espaço dos povos indígenas, sem serem molestados e atacados por esses setores mais “barra pesada” da sociedade: madeireiros, garimpeiros, agronegócio. Eu já vejo essa emergência. A periferia também. Não será mais possível no Brasil a aceitação ou a convivência com o morticínio das populações que vivem nas periferias das grandes cidades. A violência está sendo muito questionada no Brasil e é irreversível também. Nós somos uma sociedade muito violenta. É preciso reconstituir relações sociais de modo que essa violência seja reduzida e contida a uma dimensão mínima. Muita coisa vai acontecer. Os artistas captam esse universo complexo. Toda a comunidade LGBTQIA+ também já não vai voltar para o armário.

Em meio às dificuldades que estamos vivendo – pandemia, Bolsonaro, extrema direita, repressão – a sociedade está aflorando e continuando seu processo de explicitação de necessidades e demandas. Acho que isso é a base da continuidade do processo cultural. Fora isso, a manutenção das nossas tradições, o reavivamento dos vínculos com

matrizes culturais que a sociedade brasileira consegue, em meio a todo esse processo, manter. Outro dia, eu fui a um debate em que estavam vários pensadores latino-americanos. Eu não fiquei satisfeito com o que eles disseram sobre o futuro e eu também não me arrisquei muito porque, confesso, eu estou muito envolvido com o “aqui e agora” que está muito bravo no Brasil, de muitas incertezas e retrocessos.